

O PROBLEMA (II)

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL DE AGORA Tendências e controvérsias em torno do fator de impacto



Maycon Lopes

Universidade Federal da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais | Salvador, Brasil

Editor Associado da Revista Novos Debates

mayconslopes@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-0081-3883

Nos últimos meses, uma apreensão em torno de mudanças no Qualis Periódicos instalou-se na comunidade acadêmica do Brasil. A preocupação é plausível. Todos entendemos que o Qualis, enquanto instrumento forjado para avaliar a qualidade da produção científica dos programas de pós-graduação, impacta no expediente, e mesmo na sobrevivência, dessas instâncias – cuja missão na formação de pessoal encontra-se atrelada à produção de ciência no país.

Embora os modos em que o Qualis tem sido usado¹ (logo, as consequências dessas mudanças) sejam mais amplos, os periódicos são classificados, a princípio, para fins de apreciação dos programas. A própria captação de aportes financeiros pelos últimos – que se traduz inclusive em disponibilização de bolsas de estudos –, está condicionada, por sua vez, ao desempenho de cada programa em tais processos avaliativos, nos quais a produção científica exerce um peso preponderante. Destarte, a estratificação das revistas científicas produzida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

¹ Como nos recorda Marques (2020), os dispositivos são transformados através do seu uso. No caso do Qualis, cf. Campos (2020) e Perez (2020).



assume papel central nas avaliações conduzidas pelo órgão dos PPGs (programas de pós-graduação).

Até o presente momento – a bem dizer, às vésperas da avaliação do quadriênio 2017-2020, quando decide reeditar o Qualis² –, a CAPES ainda não publicou uma portaria esclarecendo como o instrumento será exatamente reorientado. Entretanto, já é de conhecimento entre os pares que o fator de impacto fora alçado como o mais relevante critério no estabelecimento do conceito dos periódicos, veículos que cumprem parte fundamental no fazer científico: a divulgação dos resultados das pesquisas.

Essa (in)definição bastou para que a comunidade científica se mobilizasse em torno da questão. É provável que enquanto redigimos esse manuscrito, vozes se façam escutar em fóruns dinamizados em “lives”, e se avolumem em nossas redes outros tantos escritos, de natureza diversa e em mídias variadas, como manifestos, cartas abertas, artigos de jornal, editoriais de periódicos, postagens de Facebook, tratando ainda do mesmo assunto.

Somos parte daqueles para quem essa discussão precipitou-se de maneira incontornável. E em meio à urgência anunciada, estas linhas podem ser lidas como um convite para que, junto conosco, a comunidade científica pense acerca do tópico. Foi com esse propósito que reunimos cientistas sociais com experiência em editoração de revistas acadêmicas para

² Sabemos que o Qualis considera a produção enviada pelos PPGs através da coleta CAPES, de sorte que o instrumento, necessariamente, avalia depois que esta já foi veiculada. Entendemos também que os processos avaliativos são imperfeitos e que, por isso mesmo, devem ser passíveis de aprimoramento – o Qualis não é um instrumento fixo (Barata 2016). Mesmo que levemos em conta tais considerações, a comunidade acadêmica não pode aceitar como comportamento habitual que mudanças operadas propriamente nos *critérios* do Qualis incidam de modo retroativo sobre o conjunto da produção. Ao que parece, não foi a primeira vez que isso ocorreu, despertando reação dos pares (cf. Crespi et al. 2017). Entretanto, a proporção das consequências das iminentes mudanças mobilizou, desta vez, a redação inclusive de um recurso, de autoria de uma organização da expressão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, contra a fatídica reunião em que o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) chancelou as mudanças. A carta, assinada pela SBPC e pela ANPEd - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, argumenta justamente que as referidas alterações “no final do processo avaliativo evidencia[m] razões importantes de quebra de fundamentos do processo de avaliação, de modo a causar insegurança jurídica, com favorecimento a judicialização de processos que deveriam ser restritos à esfera acadêmica”.

debatermos, a partir do mote do Qualis, sobre políticas científicas.

1. Recuperando alguns antecedentes

A introdução do fator de impacto como instrumento mediador da composição do Qualis não é algo novo. Em 2017, segundo levantamento de Voguel (2017), 44 áreas da CAPES já faziam uso³ de algum indicador de desempenho de citações (fator de impacto)⁴; destas, porém, apenas 7 o aplicavam de modo exclusivo. Como reconhecem estudiosas das ciências sociais como Lia Zanotta Machado (2018) e, em um artigo que integra este Fórum, Anete Ivo (2020), em nosso campo de conhecimento o fator de impacto não era ignorado, mas seu uso era combinado a outros critérios no ranqueamento de periódicos.

A novidade do tempo presente consiste no fato de que, a despeito de ser facultado a cada área um pequeno remanejamento da posição de periódicos⁵, o fator de impacto passa a ser determinante na estratificação das revistas. Frente à atuação ora decisiva do mesmo, as coordenações das áreas que constituem as ciências sociais⁶, a fim de amainarem o estrago que a diretriz imposta pela CAPES causaria no reconhecimento da nossa produção – e, concomitantemente, na avaliação e sobrevivência dos PPGs – defenderam a subdivisão em idiomas da classificação via fator de impacto, da qual afinal resultaria o novo Qualis. Conforme relata Perez (2020) neste Fórum, inicialmente a alternativa foi voto vencido no domínio do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES.

Contudo, visando resistir a tal deliberação mediante articulação entre as comunidades científicas correspondentes a áreas que integram o chamado Colégio de Humanidades no

³ Em 2013, o quadro era semelhante (cf. Vogel 2017). Porém, desde a emergência do Qualis, que data de 1998, o fator de impacto já era utilizado (Leite 2010), pelo menos nas chamadas “áreas duras”, que costumam pautar os modelos de avaliação da CAPES.

⁴ São vários os indicadores bibliométricos disponíveis: JCR, SNIP, SJR, Google Scholar, etc.

⁵ “Até 20% dos estratos poderiam ser alterados em um nível (para cima ou para baixo) e até 10% dos estratos poderiam ser alterados em dois níveis (para cima ou para baixo)” (Perez 2020).

⁶ Referimo-nos às seguintes áreas de avaliação: Antropologia, Sociologia e Ciência Política (sendo que esta última se encontra agregada a Relações Internacionais no arranjo elaborado pela CAPES).

âmbito da CAPES, ao que parece (uma vez que não se trata ainda de uma informação oficial), finalmente o órgão admitiu a subdivisão da reedição do Qualis em línguas. Segundo essa resolução mais recente, a estratificação dos periódicos se daria em dois blocos: de um lado, as revistas acadêmicas que publicam majoritariamente em português e em outros idiomas que não o inglês (espanhol, francês, alemão, etc.); do outro lado, aquelas que publicam em língua inglesa.

Sabe-se que desde o ano de 2008 o Qualis aboliu a compartimentação dos veículos em revistas nacionais e estrangeiras, a fim de, entre outras coisas, incentivar a internacionalização de nossa produção – de maneira que a medida foi adotada como estratégia de estímulo por parte dos coordenadores de área para que os pesquisadores brasileiros publicassem em periódicos estrangeiros (Santos, Frigeri e Monteiro 2015)⁷.

Não por acaso, as contestações de então por setores da comunidade acadêmica parecem ecoar nos descontentes de hoje, grupo no qual nos incluímos. Aquela resolução teve como efeito, não somente evidente, como, aliás, perseguido⁸ por tal

⁷ Se pensarmos que, não obstante, algumas revistas publicadas em inglês nas quais submetemos nossos textos, apresentam fator de impacto equivalente ou mesmo acima daquelas revistas nacionais que contam com os melhores índices neste quesito, se encontram ainda com desempenho “insuficiente” no ranking do universo de revistas publicadas em inglês, não é de todo sem fundamento aventarmos o risco de a nova edição do Qualis Periódicos desestimular a publicação em língua inglesa em nossa área. Esse argumento não intenta, porém, assumir como modelo de internacionalização publicações em inglês. Como observam Fernández-Sola et al. (2011), são muitas as revistas latino-americanas que têm adotado como estratégia de internacionalização a admissão e publicação de textos em espanhol e em português, o que nos convoca a pensar em algo por vezes pouco problematizado: com que audiências desejamos estabelecer interlocução.

⁸ Como esclarece Feldman-Bianco (2018), com a medida de reunir, em um só ranking, periódicos nacionais e estrangeiros, buscava-se “evitar a concentração de revistas em estratos superiores (CAPES 60 ANOS, 2011)” (p. 34), sob alegação do risco de a avaliação operada pelo qualis perder “seu poder discriminatório de qualidade” (Massini-Cagliari 2012: 764). Segundo Campos (2010), o que se considerava um “superpovoamento” das categorias mais elevadas se dava em razão de que, em algumas áreas, revistas de alcance nacional estavam posicionadas na classe A do Qualis, estrato reservado a periódicos de abrangência internacional. Desde então, estabeleceu-se que o limite de periódicos na classe A (A1 e A2) deveria ser inferior a 25% do volume total de revistas relacionadas por cada área. Muito embora, conforme argumento na segunda nota de rodapé deste texto, o Qualis não se pretenda um instrumento fixo, há que se discutir, à luz destes percentuais, seus possíveis efeitos de baixa mobilidade dos periódicos entre os estratos do Qualis.

política, o rebaixamento de muitos periódicos brasileiros. Houve quem acusasse a implementação da medida de “injustificada discriminação anti-periódicos nacionais” (Rocha e Silva 2010: 936), ou simplesmente de “discriminação anti-Brasil [do Qualis 2008-2010]”.

Um leitor desavisado poderia supor que essa crítica mordaz dirigida à CAPES partiu de um par das Humanidades. O autor da crítica, porém, atua nas chamadas Ciências da Vida, campo do saber desde o qual outros estudiosos também endossaram o desacordo com os rumos do Qualis. A apreensão, revelada, por exemplo, primeiramente na projeção de “redução do número de submissões de manuscritos às Revistas [nacionais]” (Cabral Filho 2009: 9)⁹, depois em uma constatação dessa especulação (cf. Cabral Filho 2010), girava em torno do enfraquecimento dos nossos veículos.

Ainda que em tese o conjunto das revistas não fosse dividido entre publicações periódicas nacionais e estrangeiras, em alguns campos – sobretudo nas “áreas duras”, onde o fator de impacto tem mais entrada –, ao aplicá-lo de modo indiscriminado se estaria, na prática, operando um abismo entre as revistas brasileiras e as revistas estrangeiras, mais especificamente aquelas publicadas em língua inglesa, que se estabeleceu como a língua franca da ciência¹⁰. Logo, se o critério mais significativo para definir uma publicação em uma escala de relevância passa a ser o fator de impacto, não há compensação possível para conciliar tamanha discrepância.

2. Um impacto entre tantos

Foi em atenção às consequências tais que este Fórum nasceu, em um contexto em que colegas veem a autonomia das áreas que compõem o Colégio de Humanidades da CAPES ameaçada, situação que contrasta com um histórico em que cabiam às áreas a adaptação de certos preceitos gerais instituídos pela CAPES, mas sempre à luz da realidade e critérios específicos de cada campo (cf. Barreira, Côrtes & Lima 2018).

⁹ É uma preocupação que ronda a comunidade científica, principalmente de editores. Semelhante expectativa foi expressa em outros editoriais. Conferir, por exemplo, Botelho, Teixeira & Yamaki (2012) e, mais recentemente, Cadernos de Saúde Pública et al. (2019).

¹⁰ Nas ciências sociais, em particular, que confirmam tal conformação, conferir panorama idiomático esboçado por Gingras e Mosbah-Natanson (2010 *apud* Machado 2018) a partir de dois proeminentes indexadores bibliométricos.

Nessa direção, adaptar frequentemente implica em um trabalho de negociação e, por que não, de transformação, que reacomoda princípios e rearranja configurações práticas.

Algo fica patente nesse argumento: que os critérios e instrumentos fabricados com fins de avaliação não são neutros, sendo incorporados, atuando e modificando as práticas mesmas a que se pretende avaliar¹¹. As manifestações que eclodiram na academia nacional na década passada, às quais nos referimos aqui, e que hoje reacendem contra a agenda do fator de impacto, sublinham o fato de que o instrumento favorece os periódicos estabelecidos no Norte global.

A premissa de que a relevância e qualidade de uma revista pode ser aferida mediante fator de impacto, proposição que subjaz à proeminência do fator de impacto na avaliação científica, deixa de lado uma consideração fundamental: a de que há outras repercussões e “impactos” que, por mais difícil que seja mensurá-los em se tratando de ciências humanas (McManus & Neves 2020), devem ser considerados a partir dos resultados produzidos por uma pesquisa.

Desdobramentos de estudos, que podem se fazer sentir em diversos domínios – científico, tecnológico, econômico, social, político, ambiental, educacional, etc – estão muitas vezes ancorados à forma por excelência em que cientistas divulgam os achados de suas investigações, qual seja, através da escrita e publicação de artigos científicos. Um exemplo inequívoco de como as publicações participam desse processo em que pesquisas se fazem ressoar na “sociedade” e na esfera pública, inclusive na formulação, implementação e gestão de políticas (portanto, no desenvolvimento local), pode ser verificado no excerto do editorial abaixo:

[O] Cebes [Centro Brasileiro de Estudos de Saúde], ao criar a RSD [Revista Saúde em Debate], em 1976, teve como objetivo divulgar resultados de estudos e pesquisas, análises, reflexões e relatos de experiências que contribuíssem (...) para a formulação, o planejamento e a avaliação de políticas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma revista

¹¹ O que não significa que suas consequências sejam necessariamente negativas. É certo que a criação do Qualis favoreceu, por exemplo, a profissionalização dos periódicos brasileiros. Em texto publicado neste Fórum, Jacob Lima (2020) nos recorda que as revistas do nosso campo usualmente eram “artesanais”. Provavelmente estas se foram tornando mais criteriosas e padronizadas à medida em que o próprio Qualis levava em consideração aspectos formais, “normalmente empregados pelas bases indexadoras para a aceitação da indexação” (Barata 2016: 16).

conhecida e lida pelos gestores e trabalhadores da saúde e que, por essa razão, acumula enorme contribuição na consolidação da política universal de saúde. Ainda hoje, (...) a RSD mantém-se firme nos seus propósitos de contribuir para a difusão de conhecimento científico aplicável ao setor da saúde. No caso em análise (...) - os novos critérios da Capes para classificação dos periódicos -, o que poderia ser considerado uma virtude da RSD passa a ser um fator de diminuição ou de discriminação de sua presença no cenário da divulgação científica nacional. Isso não é apenas um contrassenso. É mais grave ainda, pois desenha um futuro perverso para a RSD e outros periódicos da área de saúde coletiva. (Rizzotto, Costa & Lobato 2019: 651)

Há pelo menos dois argumentos presentes nesse editorial que merecem uma maior consideração e que precisamos prolongar. O primeiro diz respeito ao risco iminente de, ao priorizarmos a publicação de um trabalho científico em outra língua, privarmos de sua leitura e apropriação a comunidade que mais se beneficiaria do conhecimento produzido. Nesse sentido, o fator de impacto acarretaria em danos para segmentos específicos (cf. Ingold 2016), afastando a ciência desenvolvida no Brasil daqueles leitores não especializados (Cadernos de Saúde Pública et al. 2019). É importante lembrarmos ainda, em consonância a outro contundente editorial assinado por algumas revistas da Saúde Coletiva (cf. Cadernos de Saúde Pública et al. 2019), que os periódicos disponibilizam conhecimento atualizado e de ponta, servindo de apoio à formação – quer da graduação, quer da pós-graduação, inclusive de mestrados profissionais¹². Entretanto, esse manifesto impacto social “não é passível de reconhecimento e avaliação por essas métricas” (Cadernos de Saúde Pública et al. 2019: 2).

O segundo argumento diz respeito ao escopo específico do periódico, de voltar-se a uma comunidade leitora (sem a qual uma revista não pode ser pensada) que atua no Sistema Único de Saúde. As editoras, autoras do texto, sugerem que o êxito nessa missão se converte em um entrave na avaliação do periódico. Colocar a pensar os tomadores de decisão de políticas de saúde, porventura até mesmo lhes tecendo recomendações, sempre iluminadas pelos resultados das pesquisas, pode vir a fazer uma diferença na condução prática, na organização e na operacionalização do sistema de saúde. É verdade, porém, que a conversa que esses utilizadores dos dados estabelecem com o

¹² Os mestrados profissionais são bastante comuns na Saúde Coletiva – campo em que muitos de nós, cientistas sociais, atuamos e com o qual dialogamos.

“produto” da pesquisa (como o é um artigo científico) não é rastreável através de indicadores bibliométricos. Essa conversa é silenciada, vez que mecanismos como o fator de impacto, que creditaria relevância à pesquisa, é norteado por uma gramática que desconhece certos tópicos, tornando-os, mais que marginais, invisíveis.

Trata-se menos aqui de requerer que o dispositivo capture toda e qualquer nuance de um fenômeno, do que objetar a supremacia desse instrumento, justamente por desconsiderar apropriações tão ou mais importantes quanto citações. Uma discussão mais abrangente dos desdobramentos que podem estar circunscritos no vocábulo “impacto”, bem como da conversa que ocasiona uma citação, prolongando e mantendo vivo determinado estudo – algo que o espaço dessa comunicação não me permite fazer – pode nos ajudar a compreender com mais clareza que aquilo que o “fator de impacto” possivelmente ajuda a mensurar é a atenção e visibilidade de que é objeto um artigo ou uma revista na comunidade acadêmica¹³. Avaliação da qualidade do texto, porém, é algo que acontece antes; logo abordaremos essa ideia.

3. Fator de impacto e virada multidimensional: incompatibilidade de princípios na avaliação da pós-graduação

Confiar no fator de impacto como o índice privilegiado de qualidade de uma pesquisa (pois, como iremos propor a seguir, seu uso costuma fundar-se sobre este falacioso pressuposto) é limitar a avaliação de um estudo, cujo alcance é, se não por natureza, pelo menos potencialmente, multidimensional. A elevação do fator de impacto a critério último mediante o qual os periódicos são avaliados redundava especialmente na contramão da guinada multidimensional que parece a inclinação mais recente a ser assumida pelos comitês de área a partir da próxima avaliação quadrienal da CAPES¹⁴.

¹³ Ver participação de João de Deus Barreto Segundo em “Registros de Informação: Relações entre Acesso Aberto, Qualis Capes e Desempenho de Citação” (<https://youtu.be/icXwqv2zflc>), atividade promovida pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia.

¹⁴ Ver em “Novo Modelo de Avaliação Multidimensional da CAPES 2020” (<https://youtu.be/I2ld3ZVsGtM>) e “A Pós-Graduação: Situação Atual e Perspectivas - com Prof. Abílio Baeta Neves” (<https://youtu.be/oi3f2LuLA6c>), eventos promovidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

A tendência em direção a uma multiplicidade de parâmetros parece abdicar de um modelo ideal em favor da diversidade e da variedade regional, na medida em que os rumos vindouros encorajam desde já os programas a estabelecerem uma missão específica através de sua trajetória e inserção regional. Em vez de se pautar em um único e exclusivista perfil de programa de pós-graduação, a performance e os resultados de cada PPG seria considerada de forma mais imanente, a partir da missão previamente definida por eles próprios, o que investiria de mais autonomia a pós-graduação.

O enrijecimento do Qualis, convincentemente denunciado pelo editorial exposto acima (Rizzotto, Costa & Lobato 2019), ignora os diversos usos a que se destina um periódico e a circulação de seu conteúdo a partir de vocações várias, afinal, a quantificação produzida pelo fator de impacto não é sensível à diversidade de perfis, “trajetórias, propostas e funções” (Bringel 2015: 60) de uma revista acadêmica. Aspectos a que agora, a nível de programa, e desde a compreensão de um esgotamento do modelo de avaliação vigente, a CAPES supostamente estaria mais atenta.

Há um caráter elementar, ativo, que possibilita a tarefa de avaliar – e o fator de impacto é exemplar nesse sentido. Uma avaliação é uma atividade que em geral põe em relação entidades heterogêneas. A eleição de *uma* medida como o fator de impacto com o fim de situar projetos e práticas editoriais e científicas por vezes muito distintos entre si em uma aparente relação de equivalência é um empreendimento perigoso, pois planifica uma “*multiplicidade de elementos em uma única proporção*” (Brighenti 2018: 29, grifos do autor, tradução nossa). Trata-se de uma operação simplificadora. O principal problema, contudo, consiste menos no fato de que uma avaliação, ao definir e atribuir valores, produz hierarquias, e mais no fato de que uma avaliação centrada no fator de impacto já assumiu, de partida, a língua de apenas uma das partes¹⁵ cujo estabelecimento de uma relação de comparação entre elas permite a avaliação.

¹⁵ No caso em tela, o recurso à língua não é meramente metafórico. Desfrutando do privilégio de instrumento “não marcado” – sentido de *objetividade* dos dados sustentado por Stengers (2018) –, o fator de impacto tem sua própria historicidade, de forma que sua condição é também situada, assim como o modo em que tem atuado. Ainda a esse respeito, conferir a valiosa contribuição de Martinovich (2020). Nosso texto está em consonância com as suas ideias; Viviana Martinovich advoga em favor de uma cultura científica inclusiva, que respeite e trabalhe a partir de uma diversidade de paradigmas conceituais e geopolíticos.

Esperamos, assim, que um comitê de avaliação de produção científica cumpra a tarefa que lhe fora designada fazendo aquilo que os coordenadores de área da CAPES, tendo em perspectiva a orientação multidimensional que deve conformar a avaliação a partir do próximo quadriênio, têm feito ao recomendar aos programas a elaboração de um planejamento estratégico. Esse planejamento principia com uma pergunta essencial – já respondida, por exemplo, pelo editorial a que nos temos repetidamente referido (Rizzotto, Costa & Lobato 2019): o que importa aqui? Às diferentes ciências e às diferentes formas de fazer ciência deve ser resguardado o direito de definir seu próprio propósito, interesse, vocação. É nesses termos, e não através da abstração de algumas de suas propriedades distintivas (cf. Brighenti 2018), que sua performance deve ser avaliada.

4. A revisão por pares: o indicador de qualidade por excelência

No curso que leva um artigo a ser publicado, existe um evento por vezes obscurecido pela égide do fator de impacto, mas do qual, como argumenta Lamont (2012), ele depende indiretamente. Estamos nos referindo ao processo de avaliação por pares¹⁶, que remete à constituição e dinamização de uma “rede de avaliações mútuas” (Stengers 2002: 16) em que todo cientista se insere e por meio da qual se realiza enquanto tal. O *peer review* continua sendo o padrão-ouro da avaliação científica (Camargo Jr. 2013; Marques 2020). Esse ofuscamento¹⁷ decorre do próprio mecanismo do fator de impacto, isso porque um instrumento voltado a medir possui um caráter performativo, não se contentando a aferir algo que se supõe em estado latente, pronto a ser desvendado. O próprio ato de medir, mais do que apreciar um valor, é, em si mesmo, valorizador (Brighenti 2018). (Co)produz e transforma, modifica o objeto ao qual se destina, engajando-se na criação ou acréscimo de valor ali onde parece somente aferir.

¹⁶ Uma síntese desse procedimento pode ser encontrada em Marques (2020: 220).

¹⁷ Em um texto voltado a pensar criticamente estrutura e processos de avaliação científica, Brenneis (2009) sustenta que talvez o excesso de familiaridade que nutrimos com o processo de revisão por pares em suas variadas modalidades – ao longo de nossa trajetória acadêmica somos continuamente avaliados, e examinadores – pode mesmo vir a torná-lo invisível, “exceto como uma fonte de exasperação, tédio e satisfação ocasional” (Brenneis 2009: 263, tradução nossa).

Estamos aqui para lembrar, porém, que o fator de impacto se presta como recurso de avaliação de um conjunto de produções que, veiculadas em periódicos específicos, já foram anteriormente avaliadas pelo chamado sistema de arbitragem, dispositivo que mobiliza a comunidade de referência através de um processo deliberativo que autorregula sua atuação. Portanto, o fator de impacto não mais é do que uma avaliação indireta da produção científica (Mugnani 2015). Não é apenas uma avaliação de segunda mão (talvez por conservar essa particularidade, por vezes insistam em acusa-la de “puramente métrica”); quando compreendido enquanto uma medida de qualidade, caracteriza-se como uma ferramenta distorcida, uma vez que a avaliação substantiva, qualitativa e criteriosa foi realizada “antes” do fator de impacto entrar em cena mensurando desempenho de citação¹⁸. O impacto bibliométrico se trata, assim, de *outra* modalidade de avaliação científica, e o que ele está habilitado a aferir são processos distintos que acontecem a um artigo e a um veículo, não sua excelência, que independe dessa técnica analítica.

Conclusão

Não estamos sozinhos ao levantarmos as controvérsias em torno do recurso ao fator de impacto como eixo pilar da avaliação da produção científica brasileira. Como demonstramos, as discordâncias não são novas e nem podem ser circunscritas em um campo científico específico. Apesar do relativo acúmulo sobre esse tópico, e de ele não se revelar consensual mesmo em áreas para as quais supostamente a imposição desse critério não acarretaria em maiores prejuízos como em outros, em vez de avançarmos na consolidação de uma resistência a esse modelo, os rumos mais recentes adotados pela CAPES o aprofundam, apontando para uma dificuldade em fazermos-nos ouvir.

Procuramos discutir neste texto como a determinação do fator de impacto afeta negativamente não somente as comunidades científicas, mas todos aqueles para quem os achados de nossas pesquisas podem vir a interessar – por exemplo, os operadores do Sistema Único de Saúde e, por conseguinte, o próprio desenvolvimento do setor no Brasil. Dessa

¹⁸ Essa formulação não ignora que o fator de impacto pode imprimir um viés no processo de avaliação editorial e, por conseguinte, na definição de uma agenda de pesquisa (Packer & Meneghini 2007; Martinovich 2020).

maneira, as consequências podem repercutir desde a definição de uma agenda de pesquisa, ou seja, da produção de conhecimento, à sua difusão.

Neste momento de flagrante indeterminação, observamos uma série de preocupações de primeira ordem serem reavivadas. Não foi possível abordar algumas delas neste texto, como a ameaça de enfraquecimento do já parco investimento em infraestrutura de publicação – de modo a ignorarmos a importância da soberania científica e aceitarmos nosso lugar secundário no processo de divulgação científica (cf. Packer & Meneghini 2007) – subordinação ora reinscrita pelo marco do fator de impacto¹⁹.

Quando uma expressão numérica é contratada para abreviar um processo que, por princípio, deve ser mais multifacetado, como a avaliação da produção acadêmica e toda uma ecologia editorial que anima as nossas ciências, no momento em que uma métrica é privilegiada quiçá emudecendo aqueles que são investidos da responsabilidade de representar interesses, critérios, valores de certa tradição disciplinar, urge uma articulação expressiva. A resistência, entretanto, não gira sobre ser ou não ser avaliado. Não se trata disso. A avaliação é imanente ao nosso trabalho, ao fazer científico (Stengers 2002). Trata-se de tornamo-nos capazes de não sucumbirmos a um padrão de comparação que se anuncia comum, mas cuja imposição destrói consigo todos aqueles que falam outra língua.

Referências Bibliográficas

- BARATA, Rita. 2016. “Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis”. *Revista Brasileira de Pós-Graduação* 13(30): 13-40.
- BARREIRA, Irllys; CÔRTEZ, Soraya; LIMA, Jacob Carlos. 2018. “A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil”. *Revista Brasileira de Sociologia* 6(13): 76-103.
- BOTELHO, Nara Macedo; TEIXEIRA, Renan Kleber Costa; YAMAKI, Vitor Nagai. 2012. “Valorize a pesquisa brasileira: cite os periódicos científicos nacionais”. *Revista Paraense de Medicina* 26(3): 5-6.

¹⁹ Autoras como Gastaldo e Bosì (2011) e Martinovich (2020: 22) endossam a ideia de que avaliação científica é, também, uma questão de soberania nacional.

- BRENNEIS, Don. 2009. “Anthropology in and of the academy: globalization, assessment and our field’s future”. *Social Anthropology* 17(3): 261-275.
- BRIGHENTI, Andrea Mubi. 2018. “The Social Life of Measures: Conceptualizing Measure–Value Environments”. *Theory, Culture & Society* 35(1): 23-44.
- BRINGEL, Breno. “Desafios para os periódicos de Ciências Sociais no Brasil: cenários, atores e políticas”. 2015. *Revista Pensata* 4(2): 53-64.
- CABRAL FILHO, José Eulálio. 2009. “Desafios do novo Qualis para a pós-graduação e o periodismo científico brasileiros”. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil* 9(1): 9.
- CABRAL FILHO, José Eulálio. 2010. “O Qualis CAPES e além”. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil* 10(4): 403-404.
- CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA et al. 2019. “Contribuições ao debate sobre a avaliação da produção científica no Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública* 35(10): 1-4.
- CAMARGO JR., Kenneth. 2013. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil? *Cadernos de Saúde Pública* 29(9): 1707-1730.
- CAMPOS, José Nilson B. 2010. “Qualis periódicos: conceitos e práticas nas Engenharias I”. *Revista Brasileira de Pós-Graduação* 7(14): 477-503.
- CAMPOS, Luiz Augusto. 2020. “Qualis, para que te quero?”. *Novos Debates* 6(1-2).
- CRESPI, Tatiane Baseggio et al. 2017. “Novo Qualis: Impacto na Avaliação da Produção Intelectual dos Pesquisadores em Administração”. *Revista de Ciências da Administração* 19(47): 131-147.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. 2018. “A Expansão da Pós-Graduação em Antropologia: Alcances e Desafios”. In: SIMÃO, Daniel Schroeder; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). *O Campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, Alcances e Desafios*. Rio de Janeiro: ABA. p. 29-56.
- FERNÁNDEZ-SOLA, Cayetano et al. 2011. “Factor de impacto de revistas: ¿amenaza u oportunidad?”. *Aquichan* 11(3): 245-255.

- GASTALDO, Denise; BOSI, María Lucía. 2010. “¿Qué significa tener impacto? Los efectos de las políticas de productividad científica en el área de la salud”. *Enfermería Clínica* 20(3): 145-146.
- INGOLD, Tim. 2016. “Tim Ingold on the Future of Academic Publishing”. *Allegra Lab* [Online]. Disponível em: <<http://allegralaboratory.net/interview-tim-ingold-on-the-future-of-academic-publishing/>>. Acesso em: 28 out. 2020.
- IVO, Anete B. L. 2020. “As Revistas Acadêmicas em Ciências Sociais: Antinomias entre conhecimento e norma (métricas)”. *Novos Debates* 6(1-2).
- LAMONT, Michéle. 2012. “Toward a Comparative Sociology of Valuation and Evaluation”. *Annual Review of Sociology* 38(1): 201-221.
- LEITE, João Pereira. 2010. “O novo QUALIS e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação na área médica: mitos e realidade”. *Revista Brasileira de Psiquiatria* 32(2): 103-105.
- LIMA, Jacob Carlos. 2020. “A Capes e avaliação da pós-graduação: considerações a partir das ciências sociais”. *Novos Debates* 6(1-2).
- MACHADO, Lia Zanotta. 2018. “A Antropologia Brasileira: Um triplo itinerário”. In: Simião, Daniel Schhroeter; Feldman-Bianco, Bela. (Orgs.). In: SIMÃO, Daniel Schroeder; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). *O Campo da Antropologia no Brasil: Retrospectiva, Alcances e Desafios*. Rio de Janeiro: ABA. p. 285-309.
- MARQUES, Ivan da Costa. 2020. “Dispositivos de conhecimento, conceito narrativo do ser e avaliação da pós-graduação no Brasil”. In: NEVES, Fabrício; FONSECA, Paulo (Orgs.). *Tramas epistêmicas e ambientais: Contribuições dos Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 213-227.
- MARTINOVICH, Viviana. 2020. Indicadores de Citación y Relevancia Científica: Genealogía de una Representación. *Dados* 63(2): 1-29.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. 2012. “Identidade das Ciências Humanas e métricas de avaliação: Qualis periódicos e classificação de livros”. *Revista Brasileira de Pós-Graduação* 9(18): 755-778.

- MCMANUS; Concepta; NEVES, Abilio Afonso Baeta. 2020. “Production profiles in Brazilian Science, with special attention to social sciences and humanities”. *Scientometrics* 123: 1-23.
- MUGNANI, Rogerio. 2015. “Ciclo avaliativo de periódicos no Brasil: caminho virtuoso ou colcha de retalhos?”. In: *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 16., 2015, João Pessoa.
- PACKER, Abel; MENEGHINI, Rogerio. 2007. “Learning to communicate science in developing countries”. *Interciencia* 32(9): 643-647.
- PEREZ, Olivia Cristina. 2020. “O Novo Qualis Periódicos: Possíveis diretrizes, impactos e resistências”. *Novos Debates* 6(1-2).
- RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. 2019. “Os novos critérios da Capes para classificação dos periódicos e a repercussão no campo da saúde coletiva”. *Saúde em Debate* 43(122): 649-652.
- ROCHA E SILVA, Maurício. 2010. “Qualis 2011-2013 - os três erros”. *Clinics* 65(10): 935-936.
- SANTOS, Jean Carlos Ferreira dos; FRIGERI, Mônica; MONTEIRO, Marko Synésio Alves. 2015. Reflexões sobre o sistema de avaliação e classificação dos periódicos científicos brasileiros. *Revista Pensata*, v. 4, n. 2, p. 32-43.
- STENGERS, Isabelle. 2002. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.
- _____. 2018. *Another Science is Possible: a Manifesto for Slow Science*. Cambridge: Polity Press.
- VOGUEL, Michely Jabala Mamede. 2017. *Uso de Indicadores Bibliométricos na Avaliação da CAPES: o Qualis Periódicos*. In: *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 18., 2017, Marília. Anais... Marília.

Enviado: 5 de dezembro de 2020
Aceito: 11 de dezembro de 2020